



Índice

- 01** Índio vai a julgamento pela morte de taxista em Cruzeiro do Sul
- 02** Indígena convidada para cursar mestrado nos EUA se forma em Planejamento Governamental e Orçamento Público
- 03** Índios em alerta para a concessão do Maracanã
- 04** Direitos-Índios: OAB cria comissão presidida por advogada indígena
- 05** MP verifica transporte de índios pela empresa Tut e retenção de documentos pela Funai no estado
- 06** MPF pede força policial na aldeia onde jovem indígena foi morto
- 07** Ministra pede proteção a testemunhas em morte de indígena
- 08** Aula Magna em macuxi abre calendário da UERR
- 09** Assembleia apoia ministra na proteção das famílias indígenas
- 10** Refinaria: Cid se reúne com Dilma
- 11** Média-metragem resgata lutas dos povos da floresta no Acre
- 12** Autoridades pedem suspensão de novas demarcações de terras indígenas
- 13** Comunidade do Vale do Guaporé pede reconhecimento de Território da Cidadania
- 14** Leitão coleta assinaturas propondo CPI de terras indígenas
- 15** Sasc reafirma parceria com a Comunidade Quilombola Salinas
- 16** INCENTIVO: Governo do Estado capacita quilombolas para projeto piloto na Paraíba



Índio vai a julgamento pela morte de taxista em Cruzeiro do Sul

SÍTIO G1, 25.02.2013

Taxista fazia frete para grupo de índios em 2011. Vítima ficou em estado vegetativo por um ano.

O índio Sérgio Rosas da Silva, integrante do povo Katukina, está sendo julgado nesta segunda-feira (25), Tribunal do Júri de Cruzeiro do Sul (AC), pela morte do taxista Sérgio Vasconcelos da Silva, 50 anos, ocorrida em dezembro de 2011. Na época, o taxista foi espancado e ficou em estado vegetativo, morrendo um ano depois.

Com a morte da vítima, o Ministério Público Estadual reeditou a denúncia de tentativa de homicídio, para homicídio qualificado.

“Queremos agir aqui não somente no papel de acusador, mas de representante legítimo da população. Foi uma vida que se perdeu e vamos pedir a condenação por homicídio qualificado. Identificamos que houve motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima”, comenta o promotor do caso, Washington Moreira.

Segundo o que consta nos autos do processo, o taxista saiu do centro da cidade de Cruzeiro do Sul, para levar um grupo de índios à terra indígena, localizada no quilômetro 70 da BR-364. Durante o trajeto, a vítima foi retirada do carro e espancada. O taxista foi encontrado horas depois, caído na rodovia.

O advogado Armyson Lee disse que seu cliente, assim como a vítima estavam sob efeito de álcool. “Meu cliente agiu em defesa da honra de sua família. Ele só agrediu porque o taxista tentou acariciar as partes íntimas de sua esposa e de sua cunhada, por isso, vamos pedir que ele seja absolvido”, comentou.

Dezenas de indígenas da mesma etnia acompanham o julgamento. Os familiares da vítima preferiram não assistir. Segundo Celso Vasconcelos da Silva, irmão do taxista, os familiares não têm condições emocionais para acompanhar o júri. “O nosso sofrimento vem desde dezembro de 2011, às vésperas do natal, quando meu irmão chegou como um morto no pronto-socorro”, conclui.

Indígena convidada para cursar mestrado nos EUA se forma em Planejamento Governamental e Orçamento Público

SÍTIO ACRÍTICA, 25.02.2013

Lindomar da Silva Vargas é natural da aldeia Maronal, situada na cabeceira do rio Curuçá, no município de Atalaia do Norte - a 1.138 quilômetros de Manaus. Ela é formada em Administração Pública chegou a ser convidada para cursar mestrado na Trachtenberg School Policy and Public Administration, da George Washington University.



Em visita aos Estados Unidos, onde palestrou sobre política indígena no Amazonas, Linda Marubo foi convidada para cursar mestrado na George Washington University

Primeira indígena a participar do programa mundial que forma líderes políticos, intitulado Alumni Small Grants Announcement – na mesma universidade por onde já passaram Barack Obama, Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso –, Lindomar da Silva Vargas, a Linda Marubo, 38, é também a primeira indígena amazonense a se especializar em Planejamento Governamental e Orçamento Público

Nesta terça-feira (26), às 18h, no auditório do Ministério Público, ela recebe o certificado de conclusão do curso das mãos da reitora em exercício da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Marly Guimarães Fernandes Costa.

CONT.



Natural da aldeia Maronal, situada na cabeceira do rio Curuçá, no município de Atalaia do Norte - a 1.138 quilômetros de Manaus -, Linda é formada em Administração Pública e também aguarda certificação no curso de Gestão Pública, que concluiu recentemente pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Atualmente, ela trabalha como chefe do Departamento de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind).

Em junho de 2009, a indígena esteve nos Estados Unidos, a convite do governo norte-americano, para falar sobre política indígena no Amazonas. Na ocasião, ela foi convidada para cursar mestrado na Trachtenberg School Policy and Public Administration, da George Washington University.

O sonho do mestrado foi adiado por conta de uma gravidez.

Índios em alerta para a concessão do Maracanã SÍTIO JB, 25.02.2013

Aldeia Maracanã vai virar Museu do COB, diz Cabral

Como já informado pelo Jornal do Brasil, o Governo do Estado do Rio de Janeiro publica nesta segunda-feira (25), em seu Diário Oficial, o edital de concessão administrativa de gestão, operação e manutenção do complexo do Maracanã. A promessa da publicação deixa os índios da Aldeia Maracanã em “estado de alerta”.

Com a derrubada das liminares que protegiam a permanência dos índios no local, a expectativa é de que autoridades possam tentar tomar o imóvel a qualquer momento. Legalmente, porém, isto não poderia acontecer, não antes de o governo cumprir algumas leis e obter uma autorização judicial.

Urutau Guajajara, líder da aldeia, afirmou que nada muda para os índios com a publicação do edital e a declaração do governador Sérgio Cabral de que o prédio, em processo de tombamento, se destinaria, agora, à criação do museu do COB. “A resistência continua. Já esperávamos esta manobra do governo, pois eles disseram que preservariam o prédio, mas não explicaram para quê [finalidade]. Nós queremos o patrimônio para o usufruto e destinação cultural indígena. Nossa luta desde o início sempre foi por esse imóvel de 14.300 m² e qualquer outra destinação não será aceita por nós”, declarou, Urutau.



Índigenas afirmam que vão continuar a resistência contra a saída do prédio

CONT.



Ainda de acordo com o líder, o maior problema da questão é que o governo "está sempre atropelando ações, processos e derrubando liminares." O grupo se reuniu neste último domingo (24) com nove etnias indígenas e como resultado deste encontro foi produzido um manifesto em defesa do prédio e dos índios, que deve ser lançado ao público no sábado (02), como informou um apoiador da causa.

Direitos Humanos pretende transferir os índios para abrigos

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, afirmou, por meio de sua assessoria, que assim que a concessionária precisar iniciar os seus trabalhos no imóvel os índios da Aldeia Maracanã serão transferidos para abrigos, pois é "função do órgão dar um novo lugar para que eles ocupem". De acordo com a secretaria, o governo do Estado tenta negociar há tempos a saída dos indígenas do prédio onde ficava o antigo museu do índio, "mas eles querem continuar".

"Foram oferecidos a criação do Centro de Referência da Cultura Indígena, em outro lugar, o aluguel social, a moradia por meio do projeto Minha Casa Minha Vida e mesmo assim, não se consegue que eles deixem o espaço", informa a assessoria. Desta forma, "somente a polícia será capaz de retirá-los de lá e isto é tudo o que a secretaria não deseja. Por isso, ainda tentamos uma negociação com a defensoria dos índios", esclarece a secretaria.

DPU: polícia só poderá entrar com autorização judicial

A Defensoria Pública da União relembra o caso próximo, ocorrido no dia 12 de janeiro, quando foram enviadas tropas de choque do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e a polícia militar para invadir o local, invasão não consumada porque não havia autorização judicial. De acordo com a DPU, para que a polícia entre na aldeia será necessário que o governo solicite a imissão de integração de posse, autorização judicial, que na última ocasião a polícia e o Bope não possuíam para entrar no espaço. Além disso, também será necessário cumprir uma série de recomendações quanto à destinação das famílias existentes no local, medida obrigatória por lei.

A DPU confirmou também que as liminares que asseguravam a permanência dos índios na aldeia foram cassadas na semana passada. Porém, a defensoria já trabalha para tentar reverter a situação, havendo a possibilidade de reavê-las.

A própria aldeia, o movimento Meu Rio, a DPU e outros apoiadores aguardam a publicação do edital de licitação do Maracanã, para confirmar se o suposto Museu do Comitê Olímpico faz parte do documento. Em caso positivo, cada entidade fará o que for necessário para defender a aldeia e os índios. Como publicado na última reportagem do JB, o defensor público federal Daniel Macedo, responsável pelas ações relacionadas ao caso que tramitam na Justiça Federal, afirmou que "qualquer tentativa de descaracterizar o patrimônio imaterial que se quer proteger será objeto de Ação Civil Pública".



Direitos-Índios: OAB cria comissão presidida por advogada indígena

SÍTIO JORNALACIDADE, 25.02.2013

SÃO PAULO, SP, 25 de fevereiro (Folhapress) - OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) lançou no último sábado, em Boa Vista (RR) uma comissão que defende os direitos dos índios. A comissão será presidida pela advogada indígena Joênia Batista de Carvalho, da etnia uapixana.

Com a instalação da comissão, a OAB quer conhecer melhor a realidade desses povos indígenas. A ideia é que a comissão pautar o Conselho Federal da OAB com suas principais demandas e reivindicações.

Um dos temas que deve ser debatido pela comissão é a proibição das invasões de terras indígenas. Segundo a OAB, as invasões ainda ocorrem apesar da demarcação das áreas da Raposa Serra do Sol já ter sido feita. A comissão se preocupa com controle de doenças transmitidas pelo homem branco e com os prejuízos às terras indígenas com as atividades de mineração e garimpeiras.

"O objetivo é dar atenção especial às minorias, já que proteger os direitos fundamentais da pessoa humana é uma das missões da OAB", ressaltou o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado.

Os indígenas também pedem o fim da PEC 215, que condiciona a demarcação de novas áreas indígenas à aprovação do Congresso Nacional. Os povos indígenas também querem o desarquivamento do Estatuto do Índio e o monitoramento das políticas de atendimento diferenciado em saúde, segundo a OAB.

Outra demanda indígena é a punição dos que assassinaram índios durante os confrontos envolvendo a demarcação da Raposa Serra do Sol.

"O governo veio e demarcou as terras, mas os invasores voltaram para atacar os ianomâmis. Veio e tratou de uma doença, mas agora temos outras e saúde sem qualidade. O homem branco só está preocupado em explorar ouro, madeira e diamante para mandar agora para a Europa e Japão, sem se preocupar com a terra que teremos no futuro", afirmou Davi Davi Kopenawa, presidente da Hutukara, organização indígena dos ianomamis, durante a cerimônia de instalação da comissão.

Participaram do lançamento da comissão a vereadora indígena Cecilita, da etnia ingaricó, a secretária da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (Omirr), Telma Marques, além de índios das etnias: macuxi, uapixana, taurepangue, ingaricó, ianomami, uaiuai, sapapa, iecwana e patamona.

Também estiveram presentes o secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Claudio de Souza Neto; o presidente da OAB-RR, Jorge da Silva Fraxe, e os presidentes das Seccionais da OAB-DF, Ibaneis Rocha, e da OAB-SE, Carlos Augusto Monteiro Nascimento, além de conselheiros federais da OAB.

MP verifica transporte de índios pela empresa Tut e retenção de documentos pela Funai no estado

SÍTIO TOPNEWS, 25.02.2013



O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso instaurou inquérito civil público para averiguar se a empresa Tut Transportes Ltda. está impedindo o transporte de passageiros indígenas portadores do "registro administrativo do nascimento indígena".

O inquérito foi instaurado pela procuradora da República Marcia Zollinger a partir de representação entregue pela própria empresa ao MPF sobre índios da região do município de Juína (720 km de Cuiabá).

De acordo a Tut, os índios estariam tentando utilizar o serviço de transporte intermunicipal oferecido pela empresa sem documento de identidade, inclusive tentando transportar – também sem documentação prevista em lei -- crianças indígenas.

O MPF também pretende apurar, conforme portaria assinada no último dia 19, se os índios estariam nessa situação porque os documentos estariam retidos na Fundação Nacional do Índio (Funai) em Juína, o que impossibilitaria o uso regular do serviço de transporte.



MPF pede força policial na aldeia onde jovem indígena foi morto

SÍTIO VERMELHO, 25.02.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul ajuizou, na tarde de sexta-feira (22), uma ação judicial para que a União encaminhe forças policiais para a Terra Indígena Tey'ikue, em Caarapó, sul do estado. Com a medida, o MPF quer preservar a integridade física da comunidade, que na manhã do mesmo dia sofreu ataque de homens armados.

Segundo relato dos indígenas, um grupo de 12 pistoleiros se aproximou do portão da fazenda e efetuou disparos de arma de fogo, fugindo pela mata logo em seguida. Ação - realizada por volta das 10h30 da sexta-feira - não resultou em feridos, mas trouxe clima de insegurança à região.

Na noite anterior aos disparos, lideranças relataram a presença de caminhonetes rondando a Fazenda Santa Helena, onde está situado o acampamento dos guarani-kaiowá. Índios chegaram a ser abordados por um grupo de homens que buscava informações sobre as lideranças da ocupação.

Morte de adolescente indígena

A retomada da Fazenda Santa Helena aconteceu na última segunda-feira (18), após o assassinato de um adolescente indígena. O jovem, que teria ido pescar com dois amigos em córrego localizado no interior da fazenda, foi encontrado morto em estrada vicinal no domingo (17). Em depoimento à Polícia Civil, o dono da Santa Helena confessou a autoria do crime.

Com a liberação do corpo pelo Instituto Médico Legal, a comunidade Tey'ikue decidiu enterrar o adolescente no local do assassinato - a terra é considerada pelos índios como de seus ancestrais. Após o enterro, os índios reocuparam a fazenda. Atualmente há cerca de 500 indígenas acampados ao redor da sede da Fazenda Santa Helena.



Ministra pede proteção a testemunhas em morte de indígena

SÍTIO G1, 25.02.2013

Indígena de 15 anos foi morto em MS e fazendeiro é principal suspeito. "Nosso objetivo é que não exista impunidade", disse Maria do Rosário.

A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pediu, em reunião com o governador André Puccinelli (PMDB), em Campo Grande, nesta segunda-feira (25), proteção às testemunhas envolvidas na investigação da morte de um indígena de 15 anos, no último dia 17, ocorrida no município de Caarapó. O corpo da vítima foi encontrado numa estrada vicinal e tinha marcas de tiro na cabeça e no pescoço.

Rosário também afirmou que a reunião serviu para pedir que não haja impunidade no caso, além de cobrar rigor nas investigações. O G1 questionou quais passos concretos serão dados para enrijecer a apuração, no entanto, ela não deu detalhes.

Disse apenas que não há um prazo estabelecido para que as autoridades policiais do estado apresentem resultados e resumiu que a principal solicitação foi proteger as testemunhas, sem detalhar quantas e quem elas são. "Queremos chegar à fonte da ameaça, que tem que parar. Estamos preparados para dar um basta".

Puccinelli confirmou que o governo estadual vai dar proteção aos envolvidos, contudo, não revelou se há ameaças confirmadas.

Rosário ainda revelou que a parceria com o estado, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério Público Federal (MPF) foi debatida no encontro. Além disso, afirmou que Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal reforçam a segurança na região.

"Que as comunidades tenham seus direitos atendidos. Parece-nos absurdo que um menino seja morto enquanto ia pescar. Isso incomoda. Que tenhamos o resultado das investigações o mais rápido possível", disse, acrescentando que o Ministério Público Federal acompanha a investigação.

Questionada sobre a questão fundiária em Mato Grosso do Sul, a ministra definiu a questão como complexa e relacionou a discussão com a morte do jovem indígena. "Só pode ser conseguida uma solução de forma pacífica, agora, sempre que há mortes como essa, é difícil de conseguir resultados positivos, tanto para aqueles que têm as titularidades das terras como para as comunidades indígenas".

O governador André Puccinelli definiu o caso como responsabilidade de "alguém saindo de sua racionalidade" para justificar que o estado não tem culpa. Afirmou que o policiamento nas aldeias depende de auxílio financeiro do Governo Federal para ser efetivado.

Segundo a ministra, não houve falta de recurso por parte da União em relação ao acesso policial às aldeias. Ela considera que isto deve ser discutido com Funai, MPF e comunidades indígenas. "Que a Polícia Militar não se exceda e faça proteção".

CONT.



O caso

Após a morte do jovem indígena, um fazendeiro de 61 anos confessou o assassinato, segundo informações do delegado Antônio Carlos Videira, um dos responsáveis pelo inquérito. O crime aconteceu na fazenda do suspeito, no dia 17, quando a vítima foi até o local pescar.

Segundo Videira, o produtor disse, em depoimento, que estava sozinho na propriedade quando ouviu latidos dos cachorros perto da área do criadouro de peixes. O suspeito relatou ter visto um movimento no local e, sem ver do que se tratava, deu dois tiros com uma carabina calibre 22.

O homem contou ainda que, ao ver que havia atingido o indígena, o colocou na carriola acoplada a sua caminhonete e seguiu sentido ao hospital da cidade. No entanto, no meio do caminho diz ter avistado um grupo de pessoas e, com medo de represálias, largou a vítima na estrada e fugiu.

Segundo o delegado, o suspeito alega ter pensado que as pessoas ajudariam o indígena. A polícia espera que as testemunhas se apresentem para depoimento. Após a morte, um grupo com cerca de 50 índios invadiu a fazenda e continua no local.

Aula Magna em macuxi abre calendário da UERR

SÍTIO BVNEWS, 25.02.2013

A Aula Magna foi proferida pelo tuxaua, vice-prefeito de Pacaraima, pedagogo e bacharel em Direito, Jonas Marcolino.

Foto: France Telles



Davi Kopenawa Yanomami discursa durante a solenidade na comunidade Vista Alegre

A Universidade Estadual de Roraima (UERR) realizou na comunidade indígena de Vista Alegre, área rural de Boa Vista, na noite de sábado (23), a Aula Magna ministrada em língua macuxi e em português, abrindo o primeiro semestre letivo de 2013, fato inédito na história das universidades brasileiras. Nove etnias do Brasil e uma da Venezuela prestigiaram o evento.

A Aula Magna foi proferida pelo tuxaua, vice-prefeito de Pacaraima, pedagogo e bacharel em Direito, Jonas Marcolino. Ele falou dos 500 anos de derrubada de florestas, exploração e extermínio de povos indígenas e dos reflexos sentidos até os dias de hoje. "As políticas públicas desenvolvidas pela elite brasileira, no passado, são responsáveis pelo atual sistema educacional, de saúde, de segurança e de provimento dos bens e serviços públicos ofertados aos povos indígenas, entre outros, refletindo todas as suas injustiças e mazelas".

Ele declarou que naquele dia (sábado, 23), silenciosamente, o governo e a UERR "estavam dizendo a todos os índios: Nós respeitamos vocês e queremos dar-lhes as mesmas oportunidades que foram oferecidas apenas à elite durante os cinco séculos passados".

CONT.



Concluiu dizendo que a Universidade Estadual estava resgatando e valorizando as culturas indígenas, criando desafios para que os professores indígenas “possam libertar a sociedade menos favorecida de todas as armadilhas da escravidão”.

Em entrevista Marcolino disse ainda que a educação é a força motriz do desenvolvimento e que um povo educado é feliz e livre. Disse que estava feliz em poder contribuir com a construção da liberdade econômica e financeira dos povos indígenas e que a Universidade Estadual estava dando um exemplo para o Brasil e o mundo.

O governador do Estado e chanceler da UERR, José de Anchieta, disse que a realização da Aula Magna em uma comunidade indígena era gratificante e que mostrava o respeito do governo às comunidades. “Trazer a Academia representa promover a transferência do capital intelectual aos povos indígenas e dar as mesmas oportunidades que todos os roraimenses têm. Temos que capacitar, levar o desenvolvimento sustentável e beneficiar todas as comunidades”.

Márcio Meira, ex-presidente da Funai e assessor especial do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, considerou importante para o Ministério a formação de jovens em nível superior, em magistério intercultural indígena. “O MEC reconhece essa valorização da diversidade cultural e por isso estamos aqui para prestigiar”, disse Meira.

O reitor da UERR, Hamilton Gondim, disse que o evento foi a demonstração de que o Estado é plural. “Temos vários povos indígenas, de diferentes origens, de diferentes línguas e culturas. A UERR dá apoio a todas as manifestações culturais em suas próprias línguas, tanto que a Aula Magna foi proferida por um tuxaua, o Jonas Marcolino”.

O deputado federal e doutor Honoris Causa da Universidade Estadual, Luciano Castro disse que a instituição foi criada para levar educação aos povos do interior e comunidades indígenas, já que representam uma grande parcela da população. “Hoje (23) vemos uma demonstração clara disso. A UERR já funciona no Contão (Uiramutã) e Trairão (Amajari) e em várias outras comunidades. Ela também está em São João da Baliza. Vamos inaugurar outras unidades, nos próximos meses, em Alto Alegre, Mucajaí e na Vila Félix Pinto (Cantá). Os nossos alunos precisam estudar com conforto”, disse o deputado se referindo às novas instalações da UERR que estão sendo construídas.

O indígena Augusto Samuel da Silva, da região do Uiramutã, disse que estava feliz e que a aproximação com a Universidade Estadual traria melhorias para sua comunidade. “Precisamos fortalecer nossos jovens e precisamos ter na nossa comunidade uma escola de qualidade como a Universidade Estadual”, concluiu.

O reitor Hamilton Gondim explicou que a iniciativa de levar cursos de graduação às comunidades indígenas faz parte da política governamental de interiorização do ensino superior e qualificação dos profissionais do Estado. A UERR está presente hoje em 16 localidades, além de Boa Vista, incluindo as comunidades de Surumu e Contão, na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, onde oferta Pedagogia e também Ciências da Natureza e Matemática.



Assembleia apoia ministra na proteção das famílias indígenas

SÍTIO MSNOTÍCIAS, 25.02.2013

O segundo secretário da Assembleia Legislativa, Pedro Kemp (PT), participou nesta segunda-feira, dia 25, de reunião com a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e o governador André Puccinelli. A audiência teve por objetivo discutir ações de proteção às famílias indígenas e medição dos conflitos agrários em Mato Grosso do Sul. A ministra defendeu a atuação conjunta entre os governos Federal e Estadual para apurar e punir os responsáveis por situações de violação dos direitos e de violência contra os povos indígenas.

Durante a reunião, na Governadoria, em Campo Grande (MS), Maria do Rosário pediu o empenho do Executivo e celeridade na investigação do assassinato do adolescente indígena Denílson Barbosa, ocorrido no dia 16 deste mês. Ele vivia na aldeia guarani-kaiowá Tey'ikue, em Caarapó. "Foi um crime odioso e solicitamos ao governo de Mato Grosso do Sul que não permita que os responsáveis fiquem impunes", afirmou a ministra. Maria do Rosário defendeu ainda que Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), Força Nacional de Segurança e demais órgãos ligados à questão unam esforços para garantir a segurança das famílias indígenas.

O deputado Pedro Kemp, que coordena o Grupo de Trabalho sobre Questões Fundiárias e Povos Indígenas na Assembleia Legislativa, reafirmou a disposição do Legislativo estadual em apoiar as ações para a defesa dos direitos dos povos indígenas. "Representando a Assembleia Legislativa, apoiamos a vinda do governo Federal para respaldar ações que protejam as pessoas e sejam evitados novos conflitos", afirmou. Segundo o governador Puccinelli, todos os esforços estão sendo empenhados na apuração do assassinato do adolescente. A ministra lembrou que a questão fundiária é complexa em Mato Grosso do Sul, mas reiterou que há disposição do governo Federal em chegar a um consenso de forma harmoniosa e pacífica.

Mediação - Esta é a segunda visita de representantes do governo Federal ao Estado em menos de três meses para discutir formas de evitar a violência gerada pelo conflito histórico entre índios e produtores rurais. No dia 30 de novembro de 2012, a Assembleia Legislativa sediou reunião para discutir a demarcação de terras no Estado, com a presença de comitiva com representantes da Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Advocacia-Geral da União, INCRA, FUNAI, Secretaria de Saúde Indígena e Polícia Federal. Também participaram do encontro a bancada federal de MS, os deputados estaduais e membros de entidades ligadas à defesa dos direitos dos povos indígenas. Ficou definida a formação de um grupo permanente de trabalho, reunindo representantes dos Poderes, entidades, indígenas e produtores, e atuando em frentes de trabalho: Orçamento da União e políticas públicas nas aldeias.



Refinaria: Cid se reúne com Dilma

SÍTIO DIARIODONORDESTE, 25.02.2013

Mesmo sem ter solucionado as pendências para a criação da reserva indígena a ser entregue para as famílias autodenominadas anacés, o governador Cid Gomes se reunirá hoje, em Brasília, com a presidente Dilma Rousseff para pedir agilidade ao projeto da refinaria Premium II.

Segundo ele, entretanto, o início das obras só depende da Petrobras. O encontro havia sido marcado para o último dia 7, mas foi cancelado em virtude de problemas de saúde do governador. Cid quer uma intervenção de Dilma para que a estatal faça um cronograma das primeiras ações pela instalação do empreendimento, uma vez que a Petrobras é uma empresa cujo capital é majoritariamente controlado pelo governo federal.

Desapropriação

De acordo com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), por meio de sua assessoria de imprensa, ainda falta desapropriar 170 dos 720 hectares que compõem a Reserva Indígena Anacé, que é uma solicitação feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ao Estado e à Petrobras. Há uma dificuldade em fechar acordo com o proprietário destes terrenos. A assessoria ressaltou que não foi dado prazo para resolver esta pendência, mas informou que ela está próxima de ser resolvida. Mais informações a respeito do status desse processo, pontuou, serão repassadas pelo governador após a reunião com a presidente.

Cid Gomes já havia afirmado, com exclusividade ao Diário do Nordeste, que o governo trabalha com duas possibilidades: ou realiza uma permuta com o dono da propriedade, ou deixará essa área de fora, complementando a reserva com outra área.

PBA

Na prática, a Petrobras ainda precisa da licença ambiental da Semace para que possa iniciar as obras no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp). Para que o documento seja emitido, contudo, o órgão espera a anuência da Funai sobre o empreendimento. A Funai, por sua vez, afirma que seu pronunciamento só se dará após análise do Plano Básico Ambiental (PBA) da refinaria, elaborado pela Petrobras. O prazo para esta análise, segundo informou o próprio órgão, era de 30 dias após a entrega do documento revisado, o que foi feito no dia 23 de janeiro.

Portanto, tal avaliação deveria ter sido concluída até o último sábado. Procurada ontem pela reportagem para saber se a análise havia sido concluída, o órgão afirmou que só poderia responder por meio de sua assessoria de imprensa, que se encontrava fora de Brasília e não estaria atendendo às demandas da imprensa no dia.



Média-metragem resgata lutas dos povos da floresta no Acre

SÍTIO G1, 25.02.2013

A produção de 44 minutos é fruto de um trabalho independente. O objetivo é mostrar as principais reivindicações dos índios.

O filme Brasil Indígena 2012 foi lançado oficialmente no Cine Teatro Recreio, em Rio Branco (AC), na última sexta-feira (22). Fruto de uma produção independente, o média-metragem tem como objetivo sequenciar as principais reivindicações dos povos da floresta em busca de políticas públicas para o seu povo. As manifestações giram em torno de demarcações de terras, saúde e educação de qualidade.

Em abril de 2012, os índios se organizaram em uma grande manifestação para cobrar mais atenção do poder público nas causas levantadas pelos indígenas. A partir daí, a ideia do documentário foi criando formas e o que era pra ser uma reportagem se tornou um projeto de cinema para levar a realidade das selvas aos espectadores.

Com poucos equipamentos e falta de recursos, o diretor Lelande Holanda e sua equipe abraçaram a causa e decidiram fazer o filme que mostraria em 44 minutos as principais reivindicações dos índios durante esta mobilização. Sem roteiro, a equipe percebeu que a causa maior era mostrar à grande parte da população o outro lado da história.

A produtora e ativista dos direitos humanos Joana D'arc Vante falou do desafio de relatar tais lutas sem deixar fatos importantes escaparem. "Não havia roteiro, o que havia era uma sequência de reivindicações e boa vontade de três pessoas", conta.

Lelande Holanda garante que a divulgação do filme já começou, a pretensão é levar a história para que todas as pessoas tenham acesso a esse filme. "Levar esse filme e tentar dar uma dimensão maior ao trabalho, não só no Acre, mas também no Brasil inteiro e até fora dele".

O radialista Edielton Muniz enfatiza a importância do projeto. "A gente não para pra pensar que realmente a cultura deles faz com que eles necessitem usar o território, que muitas vezes está sendo utilizado para outra função. É um meio deles estarem protestando, eles estão lutando pelo seu povo e pela sua cultura", comentou.



Autoridades pedem suspensão de novas demarcações de terras indígenas

SÍTIO CIRCUITOMT, 25.02.2013

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, reuniu-se no dia (21/02), no Palácio do Planalto, em Brasília, com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para pedir a suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas até que sejam julgados todos os embargos declaratórios do caso Raposa Serra do Sol.

Participaram da reunião os presidentes das Federações de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Eduardo Riedel, e do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, e os presidentes dos sindicatos rurais de Tacuru (MS), Maria Neide Casagrande Munaretto; de Iguatemi (MS), Hilário Parisi; e de Amambai (MS), Diogo Peixoto. O prefeito de Iguatemi, José Roberto Felipe Arcoverde, e o senador Waldemir Moka também integraram a comitiva liderada pela senadora Kátia Abreu.

Para a presidente da CNA, o julgamento dos embargos declaratórios poderá acontecer ainda neste semestre, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem trabalhado com muita celeridade para analisar e julgar os casos que chegam à Suprema Corte do País. Na segunda-feira (25/02), um documento com o mesmo pedido será protocolado no Ministério da Justiça. O documento foi assinado por mais de 50 entidades que representam o setor agropecuário.



Comunidade do Vale do Guaporé pede reconhecimento de Território da Cidadania
SÍTIO CORREIOPOPULAR, 25.02.2013

A comunidade do Vale do Guaporé, reunida no último dia 22 na Câmara de Vereadores de São Miguel do Guaporé, defendeu o reconhecimento do Território da Cidadania Vale Do Guaporé, o que teve o apoio do deputado federal Padre Ton (PT-RO), presente à audiência pública coordenada pelo secretário de Estado da Administração Rui Vieira, membro efetivo da Câmara Nacional de Territórios.

Com a presença de prefeitos, vice prefeitos e vereadores da região, deputados estaduais e também do deputado federal Anselmo de Jesus (PT), o encontro discutiu a possibilidade de reconhecimento de mais um Território da Cidadania em Rondônia – hoje existem três – no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo governo federal e que envolve a atuação de 23 ministérios.

No Estado existem o Território Central, que abrange área de 31.243,30 Km² e é composto por 13 municípios - Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Urupá, Vale do Anari, Vale do Paraíso, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Nova União, Teixeirópolis, Theobroma e Alvorada do Oeste; o Território Madeira Mamoré, que abrange uma área de 80.342,50 Km² e é composto pelos municípios de Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré e Porto Velho e por último o Território Vale Do Jamari, com área de 32.141,20 Km², composto por nove municípios - Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho D`Oeste, Monte Negro e Rio Crespo.

O deputado Padre Ton disse que através do Território da Cidadania vários ministérios alocam recursos buscando soluções para os principais problemas da sociedade, e voltam os olhares para a agricultura familiar, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. Para ele, o Território do Vale do Guaporé irá representar a união dos municípios da região em torno de temas como Universidade Federal e Instituto Federal de Rondônia.

O delegado federal do MDA em Rondônia, Genair Capelini, destacou que o MDA foi criado com objetivo de implantar políticas públicas para a agricultura familiar. O delegado parabenizou a organização da audiência em São Miguel do Guaporé, por entender que o território é o caminho para fortalecer os municípios. Genair ressaltou ainda que o Território da Cidadania tem como prioridade os anseios da população da zona rural, e pediu a participação social dentro do território Vale do Guaporé, que poderá ser homologado ainda no mês de março.

O Territórios da Cidadania reúne um conjunto de ações e políticas públicas na saúde, educação, proteção aos povos indígenas, erradicação do trabalho infantil, benefícios previdenciários, qualificação profissional e fomento à agricultura familiar entre outras. Com informações de Mara Paraguassu - Assessora de Imprensa



Leitão coleta assinaturas propondo CPI de terras indígenas

SÍTIO SONOTICIAS, 25.02.2013

Com o retorno dos trabalhos legislativos após o recesso de carnaval, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB) iniciou, na semana passada, a coleta de assinaturas para o requerimento de sua autoria que pede a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o processo de demarcação de terras indígenas na Câmara dos Deputados.

De acordo com o parlamentar, o objetivo é discutir os critérios que estão sendo usados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para a definição dos territórios. Ele ressalta que, somente em Mato Grosso existem mais de 70 terras demarcadas como indígenas.

Existem denúncias de uma suposta máfia que negociaria, para particulares, a apropriação das terras indígenas. Líder da bancada do Centro-Oeste na Câmara, o deputado federal Wellington Fagundes (PR) destaca que já existem projetos sobre o assunto tramitando na Casa. "Não tenho nada contra a CPI, mas o que precisamos fazer é votar o que já está proposto. CPI da Funai nós já fizemos e não deu em nada", ressaltou.

Para que o requerimento de Leitão seja aprovado, são necessárias, no mínimo, assinaturas de 171 deputados federais. Segundo o parlamentar, a coleta de apoio ainda está na fase inicial. Nesta primeira semana de trabalho após o retorno do recesso, o tucano se concentrou no trabalho de liderança da minoria. O grupo de oposição ao governo Dilma Rousseff (PT) conta com cerca de 100 deputados e, para emplacar a CPI da Funai, precisará convencer membros da base aliada.

Fagundes afirma que se a CPI for instaurada, irá apreciar, mas pondera que a criação da comissão pode atrasar a votação do projeto que já tramita na Câmara. "O Congresso precisa se debruçar sobre a legislação, uma CPI pode fazer com que o processo demore mais. Às vezes ela perde seu caminho pelo conteúdo político ou ele é demorado demais pelas discussões que se formam", avaliou o republicano.

Sasc reafirma parceria com a Comunidade Quilombola Salinas

SÍTIO CIADEVERDE, 25.02.2013

Atrações, cursos e oficinas são disponibilizados aos moradores por conta das parcerias.

A comunidade Quilombola do povoado Salinas, no município de Campinas do Piauí, desenvolve ações voltadas à promoção cultural e à cidadania por meio de um vasta programação de atividades que objetivam o envolvimento de todos os moradores e parceiros da comunidade.



No último fim de semana, Salinas pôde participar e assistir a uma apresentação cultural que aconteceu no ginásio poliesportivo daquele povoado. Um grupo de street dance (dança de rua), vindo do município de Picos, e a apresentação do reisado local foram as principais atrações da noite do último sábado (22).

De acordo com o coordenador cultural da comunidade Quilombola de Salinas, Marcos Vinicius, todas essas atrações, cursos e oficinas, que são disponibilizados aos moradores, só é uma realidade a sua execução graças a parcerias firmadas e reafirmadas ao longo dos anos. "A comunidade Quilombola de Salinas tem uma ampla programação cultural e educativa voltada a todos da comunidade, e as parcerias que firmamos nesta árdua caminhada dão uma alternativa cidadã a todos. A Secretaria da Assistência Social e Cidadania (Sasc), a Cojuv, a UFPI e a Petrobras são nossas parceiras de primeira chamada", explica.

O secretário da Assistência Social, Francisco Guedes, esteve presente à apresentação cultural no último fim de semana e reafirmou a parceria entre a Sasc e a Comunidade Quilombola Salinas. "A Sasc é parceira através de ações voltadas ao cidadão quilombola, com a promoção de oficinas e palestras. A oficina de artesanato com sementes, por exemplo, está inclusa no projeto Economia Solidária.

CONT.

Temos aqui também o artesanato com cabaças, oficina de corte e costura como geração de renda e outras atividades que virão com toda a certeza no decorrer do ano. Então, quero que contem com a Sasc para sermos parceiros das comunidades quilombolas, pois temos vários projetos voltados para os quilombolas e a comunidade Salinas, digo, é um exemplo de sustentabilidade”, finaliza.





INCENTIVO: Governo do Estado capacita quilombolas para projeto piloto na Paraíba
SÍTIO PBAGORA, 25.02.2013

A Paraíba foi escolhida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para implantar um projeto piloto de transferência de renda junto às comunidades quilombolas. Nesta terça-feira (26), acontece a oficina preparatória sobre a 'Importância do Cadastramento nas Comunidades Quilombolas'. O evento tem início, às 9h, no Hotel Verde Green, em Tambaú, para representantes das comunidades, gestores e técnicos da assistência social de municípios que possuem comunidades remanescentes de quilombos.

Os participantes receberão instruções de técnicos do MDS e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (Sedh) sobre como será feito o levantamento dessas famílias. O objetivo da ação é fazer com que as pessoas das comunidades quilombolas possam ter acesso aos benefícios sociais como o Bolsa Família, Luz Para Todos, Água para Todos, Minha Casa Minha Vida, Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outros que usam o Cadastro Único como referência para chegar às famílias.

Ampliação da Assistência Social – A secretária da Sedh, Aparecida Ramos de Meneses, explicou que a iniciativa faz parte da ampliação do Programa Brasil sem Miséria, anunciada na semana passada, em Brasília. “O Plano Brasil Sem Miséria tem como uma de suas prioridades a busca ativa e atualização cadastral de todas as famílias em situação de extrema pobreza no país. Para garantir que os objetivos sejam alcançados, será realizado em todo o Brasil uma busca ativa e atualização cadastral de todas as famílias nas comunidades quilombolas certificadas do país. O Estado da Paraíba foi escolhido como piloto para a implementação dessa ação de inclusão”, destacou.

Cidadania – A Paraíba conta com 35 comunidades quilombolas certificadas em 23 municípios. A Sedh, por meio do Programa Cidadão, percorreu o ano passado algumas comunidades quilombolas para retirar documentação e garantir cidadania às famílias dessas localidades. Foram expedidos mais de 1.200 documentos.